

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA
DA UNIÃO EUROPEIA – DE ABRIL
A SETEMBRO DE 2021

Elaborado por Fernando Pereira Ricardo

Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-363/18; ECLI:EU:T:2021:638

Partes: Nippon Chemi-Con Corporation/Comissão

Descritores: Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado de condensadores eletrolíticos de alumínio e tântalo – Decisão que declara uma violação dos artigos 101.º TFUE e 53.º do Acordo EEE – Coordenação de preços no EEE – Prática concertada – Intercâmbio de informações comerciais sensíveis – Competência territorial da Comissão – Direitos da defesa e do direito de ser ouvido – Intangibilidade do ato – Infração única e continuada – Restrição da concorrência por objeto – Orientações para o cálculo do montante das coimas de 2006 – Valor das vendas – Dever de fundamentação – Proporcionalidade – Igualdade de tratamento – Gravidade da infração – Circunstâncias atenuantes – Parágrafo 37 das orientações para o cálculo do montante das coimas de 2006 – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-344/18; ECLI:EU:T:2021:637

Partes: Nippon Rubycon e Rubycon Holdings/Comissão

Descritores: Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado de condensadores eletrolíticos de alumínio e tântalo – Decisão que declara uma violação dos artigos 101.º TFUE e 53.º do Acordo EEE – Coordenação de preços no EEE – Multas – Imunidade parcial em matéria de coimas

– N.º 26 da Comunicação de cooperação de 2006 – Redução do valor da multa – Parágrafo 37 das orientações para o cálculo do montante das coimas de 2006 – Limite máximo de 10% do valor da coima – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-343/18; ECLI:EU:T:2021:636

Partes: Tokin/Comissão

Descritores: Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado de condensadores eletrolíticos de alumínio e tântalo – Decisão que declara uma violação do artigo 101.º TFUE e do artigo 53.º do Acordo EEE – Coordenação de preços no EEE – Comunicação de denúncias – Orientações para o cálculo do montante das coimas de 2006 – Valor das vendas – Proporcionalidade – Igualdade de tratamento – Gravidade da infração – Circunstâncias atenuantes

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-342/18; ECLI:EU:T:2021:635

Partes: Nichicon Corporation/Comissão

Descritores: Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado de condensadores eletrolíticos de alumínio e tântalo – Decisão que declara uma violação dos artigos 101.º TFUE e 53.º do Acordo EEE – Coordenação de preços no EEE – Prática concertada – Troca de informações comerciais sensíveis – Competência territorial da Comissão – Restrição da concorrência por objeto – Comunicação de acusações – N.º 13 das orientações para o cálculo do montante das coimas de 2006 – Valor das vendas – Dever de fundamentação – Proporcionalidade – Igualdade de tratamento – Infração única e continuada – Gravidade da infração – Distanciamento público – Circunstâncias atenuantes – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-341/18; ECLI:EU:T:2021:634

Partes: Nec/Comissão

Descritores: Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado de condensadores eletrolíticos de alumínio e tântalo – Decisão que declara uma violação dos artigos 101.º TFUE e 53.º do Acordo EEE – Coordenação de preços no EEE – Imputação à empresa-mãe da infração cometida pela sua filial – Orientações para o cálculo do valor das coimas de 2006

– Gravidade da infração – Aumento do valor da coima por reincidência – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal de Justiça de 3 de junho de 2021, proferido no âmbito do Processo C-563/19 P; ECLI:EU:C:2021:428

Partes: Italm Recylex e o./Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado da reciclagem de baterias para automóveis – Comunicação sobre a cooperação de 2006 – Ponto 26 – Imunidade parcial – Elementos de facto adicionais que reforçam a gravidade ou a duração da infração – Elementos conhecidos da Comissão Europeia – Redução do montante da coima – Classificação para efeitos da redução – Ordem cronológica

Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo C-694/19 P; ECLI:EU:C:2021:286

Partes: Italmobiliare e o./Comissão

Descritores: Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado de embalagens alimentares destinadas à venda a retalho – Responsabilidade pela conduta ilícita – Condições de concessão do benefício da imunidade – Orientações para o cálculo do montante das coimas de 2006 – Valor das vendas – Limite máximo da multa – Duração do procedimento administrativo – Prazo razoável – Capacidade de pagamento

Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-448/18; ECLI:EU:T:2021:626

Partes: Ryanair e o./Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Acordos celebrados pela Kärntner Flughafen Betriebsgesellschaft com a Ryanair e suas filiais Airport Marketing Services e Leading Verge.com – Serviços aeroportuários – Serviços de marketing – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ordena a sua recuperação – Conceito de auxílio ao Estado – Responsabilização perante o Estado – Vantagem – Critério do investidor privado – Recuperação – Artigo 41.º da Carta dos Direitos Fundamentais – Direito de acesso ao processo – Direito de ser ouvido

Acórdão do Tribunal Geral de 29 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-447/18; ECLI:EU:T:2021:625

Partes: TUIfly/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Acordos celebrados pela Kärntner Flughafen Betriebsgesellschaft com as companhias aéreas Hapag Lloyd Express e TUIfly – Serviços aeroportuários – Serviços de marketing – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ordena a sua recuperação – Vantagem – Teste do investidor privado – Artigo 41.º da Carta de Direitos fundamentais – Direito de acesso ao processo – Direito de ser ouvido

Acórdão do Tribunal Geral de 22 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-639/14 RENV; ECLI:EU:T:2021:604

Partes: DEI/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Tarifa de fornecimento de eletricidade – Fixação da tarifa faturada à Alouminion por decisão de um tribunal arbitral – Decisão de arquivamento – Decisão que constata a inexistência de auxílio – Ato contestável – Estatuto do interessado – Interesse em agir – Qualidade do ação – Admissibilidade – Responsabilidade para com o Estado – Vantagem – Princípio do operador privado – Dificuldades graves

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-850/19 P; ECLI:EU:C:2021:740

Partes: FVE Holýšov I s. r. o. e o/ Comissão e o.

Descritores: Recurso – Auxílios de Estado – Regime de apoio às energias renováveis – Decisão que declara o regime de auxílios compatível com o mercado interno – Recurso de anulação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 16 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-337/19 P; ECLI:EU:C:2021:741

Partes: Comissão/Bélgica e Magnetrol International

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Regime de auxílios concedido pelo Reino da Bélgica – Isenção dos lucros excedentários – Decisão fiscal antecipada (tax ruling) – Prática administrativa constante – Regulamento (UE) 2015/1589 – Artigo 1.º, al. d) – Conceito de “regime de auxílios” – Conceito de “ato” – Conceito de “outras medidas de execução” – Definição dos beneficiários “de forma geral

e abstrata” – Recurso subordinado – Admissibilidade – Autonomia fiscal dos EstadosMembros

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-777/19; ECLI:EU:T:2021:588

Partes: CAPA e o./Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílios individuais a favor da exploração de parques eólicos marítimos – Obrigação de compra da eletricidade a um preço superior ao preço de mercado – Procedimento preliminar de exame – Decisão de não suscitar objeções – Recurso de anulação – Artigo 1.º, al. *b*) do Regulamento (UE) 2015/1589 – Qualidade de parte interessada – Empresas de pesca – Implantação dos parques em zonas de pesca – Relação de concorrência – Inexistência – Risco de afetação dos interesses das empresas de pesca pela concessão dos auxílios controvertidos – Inexistência – Inexistência de afetação direta e individual – Inadmissibilidade

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-24/19; ECLI:EU:T:2021:586

Partes: INC e Consorzio Stabile Sis/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Autoestradas italianas – Prorrogação de concessões para fins de execução de obras – Serviços de interesse económico geral – Limite máximo do custo das portagens – Decisão de não suscitar objeções – Artigo 106.º, n.º 2 TFUE – Recursos interpostos por concorrentes do beneficiário – Abandono do projeto de concessão do auxílio pelo Estado-Membro – Projeto insuscetível de ser executado tal como aprovado – Anulação que não proporciona benefícios aos recorrentes – Desaparecimento do interesse em agir – Não conhecimento do mérito

Acórdão do Tribunal Geral de 8 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-328/18; ECLI:EU:T:2021:548

Partes: Naturgy Energy Group/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Medida de incentivo ao ambiente adotada pela Espanha a favor das centrais elétricas a carvão – Decisão de dar início ao procedimento previsto no artigo 108.º, n.º 2 TFUE – Dever de fundamentação – Erro manifesto de apreciação – Caráter seletivo

Acórdão do Tribunal Geral de 8 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-193/19; ECLI:EU:T:2021:558

Partes: Achema e Achema Gas Trade/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílio à Litgas para o fornecimento de uma quantidade mínima de GNL ao terminal de GNL localizado no porto marítimo de Klaipėda – Decisão de não levantar objeções – Proteção dos direitos processuais – Regulamento da União aplicável aos auxílios estatais sob a forma de compensação de serviço público – Serviço de interesse económico geral – Compensação por serviço de interesse económico geral – Custos relacionados com a evaporação – Custos de equilíbrio – Segurança do abastecimento – Artigo 14.º da Diretiva 2004/18/CE – Conjunto de indícios coerentes

Acórdão do Tribunal de Justiça de 2 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-665/19 P; ECLI:EU:C:2021:667

Partes: NeXovation/Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado a favor do complexo do Nürburgring (Alemanha) – Decisão que declara os auxílios em parte incompatíveis com o mercado interno – Venda dos ativos dos beneficiários dos auxílios de Estado declarados incompatíveis – Processo de concurso aberto, transparente, não discriminatório e incondicional – Decisão que declara que o reembolso dos auxílios incompatíveis não se refere ao novo proprietário do complexo do Nürburgring e que este não beneficiou de um novo auxílio para a aquisição desse complexo – Admissibilidade – Qualidade de parte interessada – Pessoa individualmente afetada – Violação dos direitos processuais das partes interessadas – Dificuldades que exigem a abertura de um procedimento formal de investigação-Fundamentação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 2 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-647/19 P; ECLI:EU:C:2021:666

Partes: Ja zum Nürburgring eV/Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílios a favor do complexo do Nürburgring (Alemanha) – Decisão que declara os auxílios parcialmente incompatíveis com o mercado interno – Venda dos ativos dos beneficiários dos auxílios de Estado declarados incompatíveis – Concurso público aberto, transparente, não discriminatório e incondicional – Decisão que declara que o reembolso

dos auxílios incompatíveis não se refere ao novo proprietário do complexo de Nürburgring e que este não beneficiou de um novo auxílio para a aquisição desse complexo – Admissibilidade – Qualidade de parte interessada – Pessoa individualmente afetada – Violação dos direitos processuais das partes interessadas – Dificuldades que exigem a abertura de um procedimento formal de investigação – Fundamentação – Desvirtuação das provas

Acórdão do Tribunal de Justiça de 2 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-57/19 P; ECLI:EU:C:2021:663

Partes: Comissão/Tempus energy e Tempus Energy Technology

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Regime de auxílio – Artigo 108.º, n.ºs 2 e 3 TFUE – Regulamento (CE) n.º 659/1999 – Artigo 4.º, n.ºs 3 e 4 – Conceito de “dúvidas quanto à compatibilidade de uma medida notificada com o mercado comum” – Decisão de não levantar objeções – Procedimento formal de investigação não iniciado – Orientações relativas aos auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014/2020 – Código de boas práticas para a condução dos procedimentos de controlo dos auxílios estatais – Contactos de “prénotificação” – Direitos processuais das partes interessadas – Mercado de capacidade de eletricidade no Reino Unido

Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de julho de 2021, proferido no âmbito do Processo C-453/19 P; ECLI:EU:C:2021:608

Partes: Deutsche Lufthansa AG/Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílios a favor do complexo do «Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílios concedidos a aeroportos e a companhias aéreas – Decisão que qualifica as medidas concedidas ao aeroporto de Frankfurt Hahn de auxílios de Estado compatíveis com o mercado interno e que declara a inexistência de auxílios de Estado a favor das companhias aéreas que utilizam esse aeroporto – Inadmissibilidade de recurso de anulação – Artigo 263.º, quarto parágrafo TFUE – Pessoa singular ou coletiva não direta e individualmente afetada pela decisão de causa – Proteção jurisdicional efetiva

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de julho de 2021, proferido no âmbito do Processo T-648/19; ECLI:EU:T:2021:428

Partes: Nike European Operations Netherlands e Converse Netherlands/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílios executados pelos Países Baixos a favor da Nike – Decisões fiscais antecipadas – Decisão de início do procedimento formal de investigação – Princípio da isenção de armas – Vantagem – Natureza seletiva – Igualdade de tratamento – Boa administração – Insuficiente exame preliminar – Dificuldades graves – Obrigação de razões de estado

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de julho de 2021, proferido no âmbito do Processo T-677/20; ECLI:EU:T:2021:465

Partes: Ryanair e Laudamotion/Comissão (Austrian Airlines; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado alemão dos transportes aéreos – Empréstimo público garantido pela Alemanha a favor da Condor Flugdienst no âmbito da pandemia de COVID19 – Decisão de não levantar objeções – Auxílio destinado a reparar os danos causados por um acontecimento extraordinário – Artigo 107.º, n.º 2, al. b) TFUE – Avaliação dos danos – Nexo de causalidade – Dever de fundamentação – Manutenção dos efeitos da decisão

Acórdão do Tribunal Geral de 9 de junho de 2021, proferido no âmbito do Processo T-665/20; ECLI:EU:T:2021:344

Partes: Ryanair/Comissão (Condor; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado alemão dos transportes aéreos – Empréstimo público garantido pela Alemanha a favor da Condor Flugdienst no âmbito da pandemia de COVID19 – Decisão de não levantar objeções – Auxílio destinado a reparar os danos causados por um acontecimento extraordinário – Artigo 107.º, n.º 2, al. b) TFUE – Avaliação dos danos – Nexo de causalidade – Dever de fundamentação – Manutenção dos efeitos da decisão

Acórdão do Tribunal Geral de 9 de junho de 2021, proferido no âmbito do Processo T-47/19; ECLI:EU:T:2021:331

Partes: Dansk Erhverv/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Venda de bebidas em lata a residentes estrangeiros, em estabelecimentos comerciais na fronteira na Alemanha

– Isenção de depósito na condição de as bebidas adquiridas serem consumidas fora do território alemão – Denúncia – Decisão da Comissão de não suscitar objeções – Recurso de anulação – Legitimidade – Admissibilidade – Pressupostos de abertura de um procedimento formal de investigação – Erro de direito – Dificuldades sérias – Conceito de “auxílio de Estado” – Recursos estatais – Inexistência de aplicação de uma coima

Acórdão do Tribunal Geral de 7 de julho de 2021, proferido no âmbito do Processo T-680/19; ECLI:EU:T:2021:412

Partes: Irish Wind Farmers’ Association e o./Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Setor da energia – Legislação irlandesa relativa à tributação da propriedade das sociedades – Método de cálculo do montante do imposto devido pelos produtores de eletricidade a partir de combustíveis fósseis – Queixa dos operadores de parques eólicos – Decisão que declara a ausência de auxílio de Estado – Não início do procedimento formal de investigação – Dificuldades graves – Direitos processuais das partes interessadas

Acórdão do Tribunal Geral de 2 de junho de 2021, proferido no âmbito do Processo T-223/18; ECLI:EU:T:2021:315

Partes: Casa Regina Apostolorum della Pia Società delle Figlie di San Paolo/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Serviços de saúde – Subvenções diretas concedidas a hospitais públicos da Região do Lácio (Itália) – Decisão que declara a inexistência de auxílio de Estado – Recurso de anulação – Ato regulamentar que não inclui medidas de execução – Afetação direta – Admissibilidade – Dever de fundamentação – Conceito de atividade económica

Acórdão do Tribunal de Justiça de 20 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo C-128/19; ECLI:EU:C:2021:401

Partes: Azienda Sanitaria Provinciale di Catania/Assessorato della Salute della Regione Siciliana,

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Setor agrícola – Abate de animais afetados por doenças infecciosas – Compensação dos criadores – Obrigações de notificação e de *standstill* – Artigo 108.º, n.º 3 TFUE – Conceitos de “auxílio existente” e de “novo auxílio” – Regulamento (CE) n.º 659/1999 – Isenções por categorias de auxílio – Regulamento (UE) n.º 702/2014 – Auxílios *de minimis* – Regulamento (UE) n.º 1408/2013

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-643/20; ECLI:EU:T:2021:286

Partes: Ryanair/Comissão (KLM; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Países Baixos – Garantia de Estado para os empréstimos e o empréstimo subordinado do Estado a favor da KLM no âmbito da pandemia de COVID19 – Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal – Decisão de não levantar objeções – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Auxílio concedido anteriormente a outra sociedade do mesmo grupo de empresas – Dever de fundamentação – Manutenção dos efeitos da decisão

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-628/20; ECLI:EU:T:2021:285

Partes: Ryanair/Comissão (Espanha; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Espanha – Medidas de recapitalização destinadas a apoiar as empresas sistémicas e estratégicas para a economia espanhola perante a pandemia de COVID19 – Decisão de não levantar objeções – Quadro temporário dos auxílios de Estado – Medida destinada a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro – Medida dirigida ao conjunto da economia de um Estado-Membro – Princípio da não discriminação – Livre prestação de serviços e liberdade de estabelecimento – Proporcionalidade – Critério do estabelecimento em Espanha dos beneficiários do auxílio – Não ponderação entre os efeitos benéficos do auxílio e os seus efeitos negativos sobre as condições das trocas comerciais e sobre a manutenção de uma concorrência não falseada – Artigo 107.º, n.º 3, al. b), TFUE – Conceito de “regime de auxílios” – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-465/20; ECLI:EU:T:2021:284

Partes: Ryanair/Comissão (TAP; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado português dos transportes aéreos – Auxílio concedido por Portugal à TAP devido à pandemia de COVID19 – Empréstimo de Estado – Decisão de não levantar objeções – Ponto 22 das Orientações relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade – Sociedade que faz parte de um grupo – Dificuldades específicas e que não resultam de uma afetação arbitrária dos custos dentro do grupo – Dificuldades demasiado

graves para serem resolvidas pelo próprio grupo – Dever de fundamentação – Manutenção dos efeitos da decisão

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-218/18; ECLI:EU:T:2021:282

Partes: Deutsche Lufthansa/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Sector da aviação – Auxílios ao funcionamento concedidos pela Alemanha ao aeroporto de Frankfurt-Hahn – Decisão de não formular objeções – Recurso de anulação – Estatuto do interessado – Salvaguarda dos direitos processuais – Admissibilidade – Orientações relativas aos auxílios à aviação – Dúvidas quanto à compatibilidade dos auxílios com o mercado interno – Artigo 4.º, n.º 4 do Regulamento (UE) 2015/1589 – Dificuldades graves

Acórdão do Tribunal Geral de 12 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-816/17; ECLI:EU:T:2021:252

Partes: Luxemburgo/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílio concedido pelo Luxemburgo à Amazon – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ilegal e que ordena a sua recuperação – Decisão fiscal antecipada (tax ruling) – Preço de transferência – Vantagem fiscal seletiva – Método de fixação dos preços de transferência – Análise funcional

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo C-11/20; ECLI:EU:C:2021:380

Partes: Comissão/República Helénica

Descritores: Incumprimento de Estado – Auxílios de Estado – Auxílios declarados ilegais e incompatíveis com o mercado interno – Artigo 108.º, n.º 2, segundo parágrafo TFUE – Mau tempo – Prejuízos sofridos pelos agricultores – Auxílios de compensação – Obrigação de recuperação – Obrigação de informação – Incumprimento

Acórdão do Tribunal Geral de 12 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-816/17; ECLI:EU:T:2021:252

Partes: Luxemburgo/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílio concedido pelo Luxemburgo à Amazon – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ilegal e que ordena a sua recuperação – Decisão fiscal antecipada

(tax ruling) – Preço de transferência – Vantagem fiscal seletiva – Método de fixação dos preços de transferência – Análise funcional

Acórdão do Tribunal Geral de 12 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-516/18; ECLI:EU:T:2021:251

Partes: Luxemburgo/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílio concedido pelo Luxemburgo à Engie – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ilegal e que ordena a sua recuperação – Decisões fiscais antecipadas (tax rulings) – Recursos estatais – Vantagem – Efeito combinado de duas medidas fiscais – Isenção dos rendimentos de participações – Tributação das distribuições de lucros – Abuso de direito – Caráter seletivo – Quadro de referência – Constatação de uma derrogação – Comparabilidade das situações – Regime mãefilial – Grupo de sociedades – Recuperação Harmonização indireta – Direitos processuais – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de maio de 2021, proferido no âmbito do Processo T-561/18; ECLI:EU:T:2021:240

Partes: ITD e Danske Fragtmænd/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Sector postal – Compensação da execução da obrigação de serviço universal – Decisão de não levantar objeções – Cálculo da compensação – Metodologia dos custos líquidos evitados – Tomada em consideração dos benefícios imateriais imputáveis ao serviço universal – Utilização dos fundos concedidos a título da compensação – Garantia pública do pagamento de indemnizações por despedimento em caso de insolvência – Isenção do IVA para certas operações efetuadas pelo prestador do serviço universal – Repartição contabilística dos custos comuns às atividades abrangidas pelo serviço universal e às não abrangidas por esse serviço – Entrada de capital de uma empresa pública para evitar a insolvência da sua filial – Denúncia de um concorrente – Decisão que declara a inexistência de auxílio de Estado no termo da fase de análise preliminar – Auxílio existente – Concessão periódica de vantagens – Imputabilidade ao Estado – Critério do investidor privado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo C-890/19 P; ECLI:EU:C:2021:345

Partes: Fortischem a.s./Comissão e o.

Descritores: Recurso – Auxílios de Estado – Vantagem – Recuperação – Continuidade económica

Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo C-847/19 P; ECLI:EU:C:2021:343

Partes: Achemos Grupè e Achema/Comissão

Descritores: Recurso de recurso – Auxílios de Estado – Decisão de não levantar objeções – Artigo 108.º TFUE – Direitos das partes interessadas – Princípio da boa administração – Investigação diligente e imparcial – Âmbito da fiscalização do Tribunal Geral – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 29 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo C-704/19; ECLI:EU:C:2021:342

Partes: Comissão/Espanha (TNT en Castille-La Manche)

Descritores: Recurso de recurso – Auxílios de Estado – Decisão de não formular objeções – Artigo 108.º TFUE – Direito de Incumprimento de Estado – Auxílios de Estado – Auxílio à implantação da televisão digital terrestre em zonas remotas e menos urbanizadas da Comunidad Autónoma de Castilla-La Mancha (Comunidade Autónoma de Castela-La Mancha, Espanha) – Decisão (UE) 2016/1385 – Auxílio ilegal e incompatível com o mercado interno – Incumprimento no prazo estabelecido

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo T-388/20; ECLI:EU:T:2021:196

Partes: Ryanair/Comissão (Finnair I; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado finlandês do transporte aéreo – Auxílio concedido pela Finlândia à Finnair no contexto da pandemia de COVID19 – Garantia do Estado associada a um empréstimo – Decisão de não levantar objeções – Quadro temporário das medidas de auxílio de Estado – Medida destinada a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro – Não ponderação dos efeitos benéficos do auxílio com os seus efeitos negativos nas condições das trocas comerciais e na manutenção de uma concorrência não falseada – Igualdade de tratamento – Liberdade de estabelecimento – Livre prestação de serviços – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo T-379/20; ECLI:EU:T:2021:195

Partes: Ryanair/Comissão (SAS, Suède; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado sueco do transporte aéreo – Auxílio concedido pela Suécia a favor de uma companhia aérea no quadro da pandemia de COVID19 – Garantia – Decisão de não levantar objeções – Compromissos que condicionam a compatibilidade dos auxílios com o mercado interno – Auxílio destinado a remediar os danos causados por um acontecimento extraordinário – Liberdade de estabelecimento – Livre prestação de serviços – Igualdade de tratamento – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo T-378/20; ECLI:EU:T:2021:194

Partes: Ryanair/Comissão (SAS, Danemark; Covid-19)

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado dinamarquês do transporte aéreo – Auxílio concedido pela Dinamarca a favor de uma companhia aérea no quadro da pandemia de COVID19 – Garantia – Decisão de não levantar objeções – Compromissos que condicionam a compatibilidade dos auxílios com o mercado interno – Auxílios destinados a remediar os danos causados por um acontecimento extraordinário – Liberdade de estabelecimento – Livre prestação de serviços – Igualdade de tratamento – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo T-300/19; ECLI:EU:T:2021:191

Partes: Achema e Lifosa/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado da eletricidade produzida a partir de fontes de energia renovável – Auxílios ao funcionamento – Decisão que declara um regime de auxílio compatível com o mercado interno no termo da fase preliminar de exame – Artigo 107.º, n.º 3, al. c) TFUE – Violação dos direitos processuais – Enquadramento comunitário de 2008 dos auxílios estatais a favor do ambiente – Orientações de 2014 relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020 – Artigo 30.º TFUE – Artigo 110.º TFUE – Conjunto de indícios concordantes

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de abril de 2021, proferido no âmbito do Processo T-69/18; ECLI:EU:T:2021:189

Partes: Verband Deutscher Alten und Behindertenhilfe e CarePool Hannover/Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Ação social independente – Subvenções concedidas às associações de um agrupamento regional de ação caritativa – Rejeição de uma denúncia – Decisão de não levantar objeções no final da fase de análise preliminar – Recurso de anulação – Qualidade de parte interessada – Salvaguarda dos direitos processuais – Afetação substancial da posição concorrencial – Admissibilidade – Inexistência de dificuldades sérias – Inexistência de alteração substancial de um auxílio existente

Concentrações

Acórdão do Tribunal Geral de 22 de setembro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-425/18; ECLI:EU:T:2021:607

Partes: Altice Europe/Comissão

Descritores: Concentrações – Setor das telecomunicações – Decisão que aplica coimas pela realização de uma operação de concentração antes da sua notificação e da sua autorização – Artigo 4.º, n.º 1, artigo 7.º, n.º 1, e artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 – Segurança jurídica – Confiança legítima – Princípio da legalidade – Presunção de inocência – Proporcionalidade – Gravidade das infrações – Execução das infrações – Troca de informações – Montante das coimas – Competência de plena jurisdição